

Idiosincrasia grave

RAUL PILLA

O ILUSTRE cronista parlamentar sr. Pedro Dantas, cuja inteligência tantas vezes resplandece nos seus comentários, padece de grave e já, para mim, incurável indiosincrasia: o parlamentarismo. Em lhe cheirando a coisa a este negregado sistema, perturba-se o julgamento do arguto comentarista do «Diário Carioca».

E' êle quem tem afirmado que, em face do sr. Getúlio Vargas e das suas conhecidas tendências, cabe ao Congresso vigiar e resistir. Pois bem, a convocação do sr. Danton Coelho para que venha explicar o sentido dos seus discursos, constitui justamente um ato, e ato impostergável, de tal vigilância. Se o Congresso não se julgar obrigado a inquirir um ministro que fêz declarações políticas de tal monta, que importariam na subversão do regime, quando o fará êle? O sr. Pedro Dantas, porém, não percebe que vantagens traria à defesa do regime a convocação do ministro. E por que o não percebe? Lá está a explicação. «O sr. Raul Pila requereu a convocação porque os parlamentaristas gostam muito de ouvir ministros, tanto quanto os poetas de ouvir estrêlas». Aí está, pois, porque não se deve convocar o ministro do Trabalho: é do agrado dos parlamentaristas...

Explica-se, destarte, que ao interpretar o artigo 54 da Constituição, tenha Pedro Dantas desprezado, além da letra, que é clara e não admite «subentendidos», o elemento histórico, que é decisivo no caso, e o próprio conceito de ministro adotado pela atual Constituição, o qual foi exposto em notável parecer do sr. Daniel de Carvalho, parecer que, se nos não enganamos, mereceu os maiores aplausos do cronista.

«Se o sr. Danton Coelho não fôsse ministro, mas tivesse feito os discursos do P. T. B., poderia ser convocado à Câmara? — pergunta vitoriosamente o sr. Pedro Dantas. Eu também respondo: «Não, é claro». Não, pela razão formal que, não sendo ministro, não poderia ser convocado. Não, pela razão substancial que, não sendo ministro, isto é, membro do governo, não teriam o mesmo alcance as suas palavras. O que sobressaltou o País, não foram tanto as palavras, como o terem sido proferidas por um membro do governo, e dos mais chegados ao presidente. Tal é a distância que vai de ser ministro a não ser ministro, e tais as restrições que ao simples cidadão impõe o cargo.